

LEI N°11.645/2008:

reflexões ainda necessárias sobre o ensino da temática indígena

LAW No. 11.645/2008:

Reflections still needed on the teaching of indigenous themes LAW

Larissa Nascimento dos Anjos¹

Maria Hortência César de Góis²

José Adelson Lopes Peixoto³

Resumo: A promulgação da Lei 11.645 de março de 2008, determinou a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. A temática indígena, apesar da legislação, só é evidenciada em alguns períodos históricos, como na colonização portuguesa, sendo omitida em outros. Isso faz com que a compreensão acerca da participação dos povos originários na História do Brasil seja dificultada. A obrigatoriedade dessa temática oferece novas perspectivas sobre a História do Brasil, pois evidencia suas contribuições como sujeitos históricos em diferentes aspectos (sociais, políticos, etc.), não apenas no passado. Nesse sentido, o objetivo desse texto é fomentar discussões acerca do ensino da temática indígena na Educação Básica, não apenas limitado o indígena ao estereótipo do período colonial, mas como protagonistas nos processos históricos. Metodologicamente, apresentamos uma pesquisa de cunho bibliográfico amparada nos pressupostos teóricos de Silva, E.; Silva, M. (2018), Ferreira (2016), Silva (2016) dentre outros que discutem a temática indígena e a educação básica.

Palavras-chave: Educação. Ensino de História. Povos Originários.

Abstract: The enactment of Law 11.645 of March 2008 determined the mandatory teaching of Afro-Brazilian and indigenous history and culture in school curricula. The indigenous theme, despite the legislation, is only evident in some historical periods, such as the Portuguese colonization, being omitted in others. This makes understanding about the participation of native peoples in the History of Brazil difficult. The obligation of this theme offers new perspectives on the History of Brazil, as it highlights their contributions as historical subjects in different aspects (social, political, etc.), not just in the past. In this sense, the objective of this text is to promote discussions about the teaching of indigenous themes in Basic Education, not only limited to the indigenous stereotype of the colonial period, but as protagonists in historical processes. Methodologically, we present a bibliographic research based on the theoretical assumptions of Silva, E.; Silva, M. (2018), Ferreira (2016), Silva (2016) among others who discuss indigenous issues and basic education.

Keywords: Education. History Teaching. Indigenous Peoples.

¹ Graduanda do 8º período de história da Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Campus III, Palmeira dos Índios, bolsista do Arquivo Geral da Uneal. E-mail: larissaanjos@alunos.uneal.edu.br

² Graduanda do 8º período de história da Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Campus III, Palmeira dos Índios, bolsista do Arquivo Geral da Uneal. E-mail: mariagois@alunos.uneal.edu.br

³

Considerações iniciais

A sociedade brasileira é marcada pela diversidade de etnias e culturas, mas ao longo dos anos na história da educação nacional não houve o reconhecimento e a valorização dessas etnias, pois o ensino escolar era centralizado em um modelo de educação eurocêntrico e ocidentalizado. Durante muito tempo, nos foi ensinado que os povos originários eram “selvagens” do período colonial que prestavam serviços aos colonizadores em troca de produtos. A partir disso, esses povos foram ignorados nos assuntos estudados nas escolas e depois “lembrados” em uma data específica (dia do índio) por meio de pinturas no rosto de crianças de uma forma totalmente estereotipada (SILVA; SILVA, 2018).

Grande parte da visão estereotipada que algumas pessoas têm atualmente sobre os indígenas é resultante de discursos e ideologias criadas durante a colonização brasileira e vêm se perpetuando até a atualidade. Com a consolidação dos movimentos indígenas, iniciou-se uma “transformação” no cenário da educação. A Lei nº11.645, sancionada em 10 março de 2008, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi resultado de muita luta dos povos indígenas por seu reconhecimento enquanto parcela participativa na construção da identidade do Brasil.

Apesar da existência de leis que obriguem o ensino da temática indígena nas escolas, ainda há uma visão muito distorcida sobre eles em livros didáticos atualmente aprovados pelo Ministério da Educação. Mesmo existindo uma diversidade de pesquisas sobre os indígenas, seus costumes e práticas culturais, infelizmente muitos professores utilizam apenas o livro como recurso didático durante suas aulas, o que faz com que os estereótipos ganhem mais força.

Lei 11.645/08: lutas e conquistas

A obrigatoriedade de se abordar a história e a cultura indígena ao longo da educação básica é expressa no artigo 26, inciso 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN): “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia”. Apesar da Lei de Diretrizes e Bases assegurar o estudo da diversidade cultural que constitui o país, estava sendo levada para as salas de aula uma visão totalmente distorcida acerca dos povos indígenas.

O multiculturalismo tem seu principal foco na educação, pois a escola recebe com entusiasmo a ideia de igualdade para todos e de combate à discriminação e ao racismo sem refletir, muitas vezes, quais bases este anti-racismo foi construído. De forma geral, esses países que adotaram as políticas multiculturais elaboraram uma reforma na lei maior (Constituição) e, na sequência dirigiram o foco de ação para a reforma política educacional dando ênfase ao currículo, ao material didático e à formação dos professores (FAUSTINO, 2006, p. 84).

O ensino da temática indígena nos permite pensar a história do Brasil a partir de novas perspectivas. Durante muito tempo, o indígena foi estudado nas escolas apenas em referência ao contexto do período colonial, citado como um selvagem que trocava mão-de-obra por produtos trazidos pelos portugueses e lembrado no dia 19 de abril, considerado “dia do índio”, data comemorativa que apresenta uma visão superficial de quem seria o indígena, de modo estereotipado, como uma figura fictícia criada em romances ou “lembrado” somente em uma pintura no rosto das crianças.

A maneira como o indígena é abordado nas salas de aula dificulta a compreensão acerca da contribuição efetiva dessa parcela da população brasileira no curso de toda a História do Brasil (SILVA E.; SILVA M., 2018). O ensino da história e culturas indígenas destaca novas perspectivas e abordagens sobre a História do Brasil, evidenciando a participação e contribuições dos povos indígenas nos aspectos sociais, econômicos e políticos, conforme sua atuação na História do país (BITTENCOURT, 2013). Isso significa compreender os indígenas como sujeitos históricos não somente no passado, mas, também, na contemporaneidade e isso demanda políticas públicas de reconhecimento de direitos diferenciados que atendam às suas especificidades socioculturais.

Considerando a importância dos papéis desempenhados pelos indígenas na formação do Brasil, a Lei N° 11.645 tornou obrigatória a inclusão do ensino da história e culturas afro-brasileiras e indígenas nos currículos escolares das escolas públicas e privadas, evidenciando a contribuição desses grupos étnicos com suas dinâmicas e resistências (Brasil, 2008). Os conteúdos estabelecidos como obrigatórios trazem reflexões sobre como a temática indígena é abordada nas escolas, ou seja, como os docentes interpretam essa obrigatoriedade nas suas práticas pedagógicas, pois,

a presença da temática indígena nas escolas é extremamente relevante para o combate do preconceito étnico-racial contra os povos indígenas e para o processo de descolonização do currículo e das mentalidades. O combate à discriminação, o direito de reivindicar a própria identidade a partir do seu ponto de vista e o reconhecimento do protagonismo dos povos e das populações indígenas na história e na cultura brasileira estão entre os pontos que respaldam a importância da presença da temática indígena nas escolas. É relevante que os currículos escolares se comprometam a

romper com práticas eurocêntricas, coloniais e homogêneas que associam indígenas a antigos estereótipos retratados desde a época da colonização e apagam suas histórias através desse e outros mecanismos (DANTAS, 2021, p. 13-14).

A promulgação da referida Lei se fez a partir das reivindicações dos povos indígenas e afro-brasileiro pelo reconhecimento de sua história, cultura e sua participação na configuração étnica brasileira. A Lei foi pensada como uma forma de reparação para as consequências de um sistema de exclusão que regeu a educação escolar no Brasil, principalmente durante a Colônia, pois, durante esse período negligenciaram-se a história e as culturas indígenas deixando-as à margem do contexto social e fora da escola.

Apesar de a Lei ter sido promulgada em 2008, poucas escolas no país implementaram-na efetivamente. Muitas são as dificuldades para ministrar de forma eficaz os assuntos delimitados, o que sugere novas diretrizes curriculares para o estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, a nova legislação foi criada com o intuito de promover estudos sobre a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, buscando evidenciar a importância dos negros e indígenas na construção da identidade nacional. Nossa sociedade como resultado da organização e mobilizações dos movimentos sociais, se descobriu plural. Somos um país de muitos rostos, expressões socioculturais, étnicas, religiosas, etc. (SILVA, E.; SILVA, M., 2016).

Faz-se necessário desconstruir a ideia de uma suposta identidade genérica nacional, pois esse pensamento esconde as diferenças, sejam de classes sociais, gênero, etnias, etc. Além disso devemos questionar as afirmações que expressam uma cultura hegemônica que ignora e massacra as diversas culturas, nega os processos históricos marcados pelas violências de grupos hegemônicos e também as violências sobre grupos a exemplo dos povos indígenas.

A partir de suas mobilizações, os povos indígenas conquistaram, nos últimos anos, considerável visibilidade enquanto atores sociopolíticos em nosso país exigindo novos olhares, pesquisas e reflexões (SILVA E.; SILVA M., 2016), porém, é facilmente perceptível o desconhecimento, os preconceitos, os equívocos e as desinformações generalizadas sobre os indígenas, pois os preconceitos sobre os indígenas são expressos cotidianamente pelas pessoas, independentemente do lugar social e político que ocupem.

A Abordagem da Temática Indígena em Materiais Didáticos

Com a implementação da nova legislação imaginou-se que o ensino de história sobre os povos indígenas ocorreria de uma forma mais aprofundada, trazendo o devido destaque para as populações indígenas que corroboram para a formação da sociedade brasileira, mas isso é algo

distante da realidade, já que em nossa sociedade, muitas pessoas não tem um conhecimento aprofundado acerca da história dos povos indígenas.

Atualmente, a temática indígena é trabalhada em algumas escolas em alguns períodos específicos, como a colonização portuguesa, sendo também evidenciado no dia do índio", e em livros didáticos apresentados de forma preconceituosa e estereotipada. Mesmo na atualidade, muitos dos povos indígenas são vistos como bárbaros ou primitivos, percebidos sem nenhum tipo de refinamento ou “civilidade”, e suas características são associadas às de animais ou de crianças.

Por meio do livro didático o conhecimento passado para os alunos na sala de aula é, muitas vezes, apoiado no senso comum, ressaltando feitos “heroicos” dos colonizadores e enfatizando como selvagens os indígenas, utilizando histórias como o episódio da suposta antropofagia dos Caetés envolvendo o Bispo Dom Pero Fernandes Sardinha, levando a pensar que a antropofagia é algo comum que todos os povos indígenas fazem (SILVA E.; SILVA M., 2016).

A construção da imagem dos indígenas no livro didático indica como ele é visto pela sociedade, mas o olhar da sociedade sobre o índio é também construído no cotidiano escolar ao passo que a escola também atua como reforçadora de estereótipos, em virtude disso, Candau e Moreira (2003) afirmaram:

Preconceitos e diferentes formas de discriminação estão presentes no cotidiano escolar e precisam ser problematizados, desvelados, desnaturalizados. Caso contrário, a escola estará a serviço da reprodução de padrões de conduta reforçadores dos processos discriminadores presentes na sociedade (CANDAU; MOREIRA, 2003, p. 164).

Desfragmentar o preconceito é muito importante para a construção de uma sociedade “mais justa”, assim sendo, é necessário romper estigmas e estereótipos que tem o intuito de menosprezar as populações indígenas, desse modo, é fundamental levar o estudo sobre a diversidade cultural para a sala de aula, em relação a isso Gadotti (1992) enfatizou que,

a diversidade cultural é a riqueza da humanidade. Para cumprir sua tarefa humanista, a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas além da sua. Por isso, a escola tem que ser local, como ponto de partida, mas tem que ser local, como ponto de chegada. (...) Escola autônoma significa escola curiosa, ousada, buscando dialogar com todas as culturas e concepções de mundo. Pluralismo não significa ecletismo, um conjunto amorfo de retalhos culturais. Significa sobretudo diálogo com todas as culturas, a partir de uma cultura que se abre às demais (GADOTTI, 1992, p. 23).

Considerando a pluralidade cultural que compõe nosso país, é de extrema importância abordarmos sobre elas em sala de aula, para ajudar na desconstrução de preconceitos e estereótipos acerca de culturas diferentes das nossas, entre elas a cultura indígena. Atualmente,

ANJOS, Larissa nascimento dos; Góis, Maria Hortência César de. Lei nº11.645/2008: reflexões ainda necessárias sobre o ensino da temática indígena. **Revista de Estudos Indígenas de Alagoas – Campiô**. Palmeira dos Índios, v.2, n.1, p. 86-93. 2023.

os livros didáticos, aprovados pelo Ministério da Educação, continuam seguindo abordagens ultrapassadas, o que resulta na desinformação sobre os povos originários e, muitas vezes, esses livros são os únicos recursos didáticos disponíveis para os professores. São muitas as pesquisas publicadas em livros e revistas que podem ser utilizadas como apoio em sala de aula para abordar a temática (SILVA E.; SILVA M., 2016).

Ao abordarmos a temática indígena, várias são as possibilidades, já que a história da luta pela demarcação do território indígenas continua até os dias de hoje, mesmo sendo um direito previsto na Constituição Federal de 1988 e assegurado pelo Estatuto do índio, a demarcação visa garantir o direito territorial dos indígenas estabelecendo o limite das terras e buscando assegurar a proteção e contribuir para a diminuição dos conflitos pela posse de terras.

Tratar de identidade indígena nas escolas também se faz importante, tendo em vista que é uma cultura de fundamental importância na construção da sociedade brasileira. As identidades se fazem a partir de suas crenças, costumes, manifestações culturais, da relação de cuidado com a natureza e através do sentimento de pertencimento dos povos e de sua resistência que elas continuam se mantendo.

A apresentação da imagem dos indígenas é algo que deve ser revista, tendo em vista que estes são vistos a partir de um “retrato do passado”, morando em ocas, andando nus ou com roupas de palha e sobrevivendo apenas da caça e da pesca. Por isso, é necessário mostrar que atualmente os povos indígenas estão presentes em vários lugares, tais como: escolas, universidades, dentre outros.

Considerações finais

Diante do que já foi discutido percebemos que a aplicabilidade da temática indígena nas escolas precisa ser revista, pois apesar da existência de uma lei que obriga o ensino da temática indígena ele não ocorre da forma que deveria, as escolas não devem atuar como reforçadoras de estereótipos, é necessário sair do senso comum e problematizar os discursos. E mesmo tendo equívocos em alguns livros didáticos eles não poderiam deixar de serem utilizados, já que por vezes, é o único material didático disponível, então cabe as escolas e professores desmistificarem as impressões causadas por informações errôneas.

A diversidade cultural é uma realidade presente no Brasil, por essa razão, é necessário mostrar que as culturas indígenas fazem parte também do nosso dia a dia, mesmo que passem despercebidas, essa herança cultural está presente desde a comida até a forma como as plantas são utilizadas pela população para tratar doenças, e discutir esse assunto na sala de aula de uma

ANJOS, Larissa nascimento dos; Góis, Maria Hortência César de. Lei nº11.645/2008: reflexões ainda necessárias sobre o ensino da temática indígena. **Revista de Estudos Indígenas de Alagoas – Campíó**. Palmeira dos Índios, v.2, n.1, p. 86-93. 2023.

forma equivocada e superficial pode acabar dando continuidade à estigmas e estereótipos sobre os povos indígenas.

Compreendemos que é necessário haver mais debates a respeito da diversidade cultural do país, principalmente nas escolas, para promovermos relações que favoreçam a convivência respeitosa e o diálogo intercultural, e que também existe a necessidade de novos investimentos na área da educação para a produção de subsídios didáticos que correspondam à realidade contemporâneas dos povos, principalmente, das populações negras e indígenas do país.

Acerca disso, é necessário que haja uma mudança real na sociedade e o interesse pela temática, buscar formar as novas gerações em um contexto que haja respeito às diferenças, por isso que a Lei 11.645/08 é um instrumento indispensável na luta contra as desigualdades, já que por meio dela pode-se haver uma desconstrução de preconceitos e estereótipos negativos relacionados os povos negros e indígenas.

Referências

BEZERRA, Deisiane da Silva; NETA, Francisca Maria. **Análise e percepções sobre a aplicabilidade das leis 10.639 e 11.645 na educação básica.** In: 1º ELUNEAL – Encontro de Licenciaturas na Universidade Estadual de Alagoas - Arapiraca-AL, 2019. Disponível em: <<https://www.doity.com.br/anais/1-eluneal-/trabalho/109884>>. Acesso em: 26/08/2022 às 18:22

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos. In: PEREIRA, Almilcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria (orgs.) **Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas.** Rio de Janeiro, Pallas, 2013, p. 101-132.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.** Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira e indígena”. Brasília, DF: Presidência da República.

DANTAS, Maísa Cristina Torres. **Trajetória da lei nº 11.645/08 e suas aplicações nas escolas.** Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo horizonte, 2021.

ANJOS, Larissa nascimento dos; Góis, Maria Hortência César de. Lei nº 11.645/2008: reflexões ainda necessárias sobre o ensino da temática indígena. **Revista de Estudos Indígenas de Alagoas – Campiô.** Palmeira dos Índios, v.2, n.1, p. 86-93. 2023.

FAUSTINO, Rosangela Célia. Política educacional nos anos de 1990: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação indígena. Tese de Doutorado. Florianópolis, CED/UFSC: 2006.

FERREIRA, Gilberto Geraldo. A construção dos índios nos livros didáticos de história de Alagoas. In: SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha (org.) **A temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008**. 2 ed. Recife: Ed. Desorganizadores, 2016.

GADOTTI, Moacir. **Diversidade cultural e educação para todos**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

MOREIRA, A. F. B., & CANDAU, V. M. **Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos**. Revista Brasileira de Educação, 2003.

OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena**. 2º ed. Contra Capa Livraria/LACED, 2004.

SILVA, Maria da Penha. Educação intercultural: a presença indígena nas escolas da cidade e a Lei 11.645/2008. In: SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha (org.) **A temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008**. 2 ed. Recife: Ed.

SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha. A Lei nº 11.645/2008 problematizando o ensino da temática indígena e provocando possibilidades de pesquisas. In: NETA, Francisca Maria;

PEIXOTO, José Adelson Lopes (org.). **Saberes compartilhados: múltiplos olhares na contemporaneidade** Recife: Libertas, 2018.